



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

**RELATÓRIO DA PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS ASSISTIDOS
DURANTE O MUTIRÃO DO LARANJAL DO JARI REALIZADO NO DIA 03
DE SETEMBRO DE 2022**



**DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
CORREGEDORIA-GERAL**

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS

Corregedor-Geral

LAURO MIYASATO JUNIOR

Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA

Chefe de Gabinete

EDUARDO MAGNO GÓES SOTÃO

Assessor Jurídico

ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS

Assessor Jurídico

ELOANE DA COSTA MACHADO

Secretária Executiva

MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS

Secretária Executiva

RICARDO BRITO DA SILVA

Secretário Executivo



**DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
EDITORIAL**

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Corregedor-Geral

LAURO MIYASATO JUNIOR
Defensor Público Auxiliar da Corregedoria-Geral

ELABORAÇÃO TÉCNICA

RICARDO BRITO DA SILVA
Secretário Executivo
Mestre em Planejamento de Políticas Públicas

APOIO OPERACIONAL

ELOANE DA COSTA MACHADO
Secretária Executiva

ANSELMO ALCEU ANTÔNIO ÁVILA RAMOS
Assessor Jurídico

ADRIANO DA SILVA SOUZA
Design Gráfico



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ
SUMÁRIO

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	05
1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	06
2. CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO.....	13
3. SANEMANEAMENTO BÁSICO.....	15
4. MUTIRÃO DO MUNICÍPIO LARANJAL DO JARI.....	17
5. AVALIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA DPE-AP.....	19
7. ENCAMINHAMENTOS.....	23
8. ANÁLISE DO CUSTO VERSUS BENEFÍCIO.....	25
CONCLUSÃO.....	27



DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

No dia 03 de setembro de 2022 ocorreu no município de Laranjal do Jari a 2ª edição do mutirão de atendimento realizado pela Defensoria Pública do Estado do Amapá. Concomitantemente, foi realizada pesquisa com as pessoas os assistidos durante o atendimento. O objetivo foi obter a percepção quanto o papel da Defensoria e suas atribuições institucionais. Teve como público-alvo a sociedade do município com necessidade de assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública, conforme mandamento constitucional.

Ao todo foram atendidas 123 pessoas, dentre as quais 104 que responderam ao questionário semiestruturado com assuntos relacionados ao perfil (gênero, idade, escolaridade, ocupação principal), condições de moradia (tipo de residência, condição, localização), saneamento básico (acesso a rede de esgoto, fossa séptica, água tratada, internet), avaliação do mutirão (avaliação dos defensores, tempo de atendimentos, grau de importância) sugestões de melhorias e os encaminhamentos após o atendimento.

A pesquisa foi aplicada através de questionário digital através da plataforma “Googles Forms”, foi realizada durante o mutirão de atendimento de Mazagão.

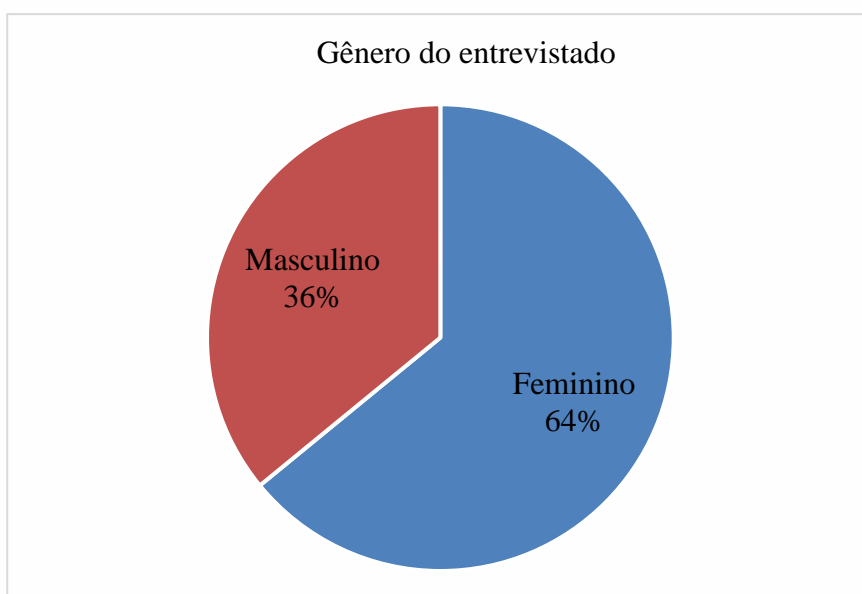
O relatório está apresentado de forma descritiva, tendo seus resultados apresentados através de quadros, gráficos e tabelas.



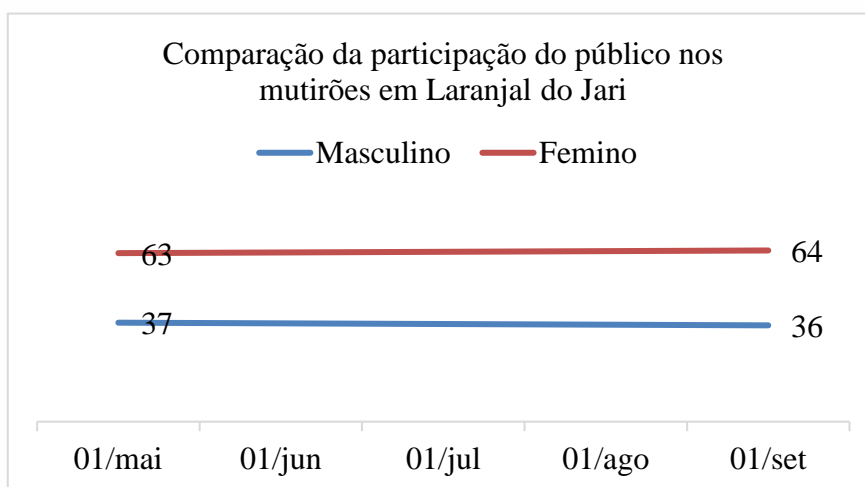
1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa realizada junto aos assistidos do município de Laranjal do Jari identificou como público de maior frequência o feminino com 64%. No mutirão anterior realizado no mês de maio de 2022, já havia sido constatado a forte frequência deste público (63%). Tal indicador demonstra o interesse do gênero feminino daquele município em ser assistido pela Defensoria Pública do Amapá.

O público masculino diminuiu sua participação no evento, visto que no primeiro mutirão foram assistidos cerca de 37%, baixando essa percepção para 36%, reduzindo em 1% se comparado com a primeira ação.



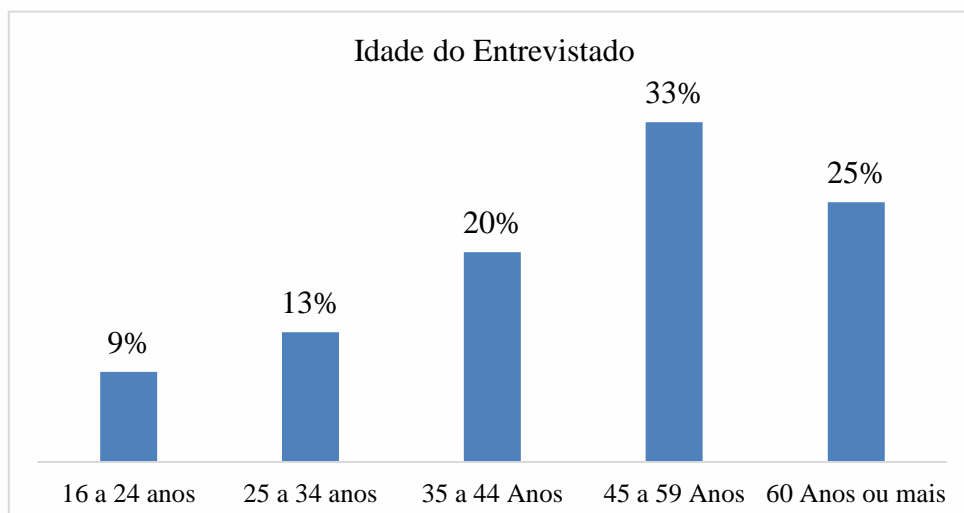
Fonte: DPE-AP



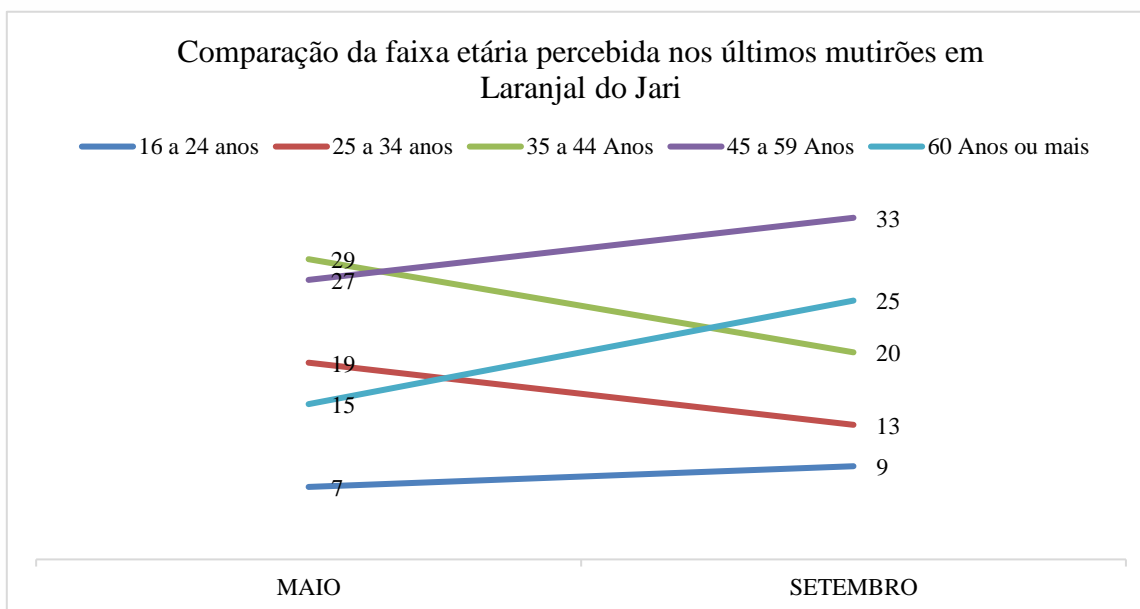
Fonte: DPE-AP



Outra mudança percebida em relação a pesquisa realizada em maio de 2022 no município de Laranjal do Jari foi a faixa etária dos assistidos. No primeiro foi observado uma população considerada mais jovem de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos com 48% ao total. Já neste segundo momento, houve a participação de uma população mais madura com idade entre 45 e 60 anos ou mais, que somados, representaram 58% do público assistidos no mutirão de setembro.



Fonte: DPE-AP



Fonte: DPE-AP

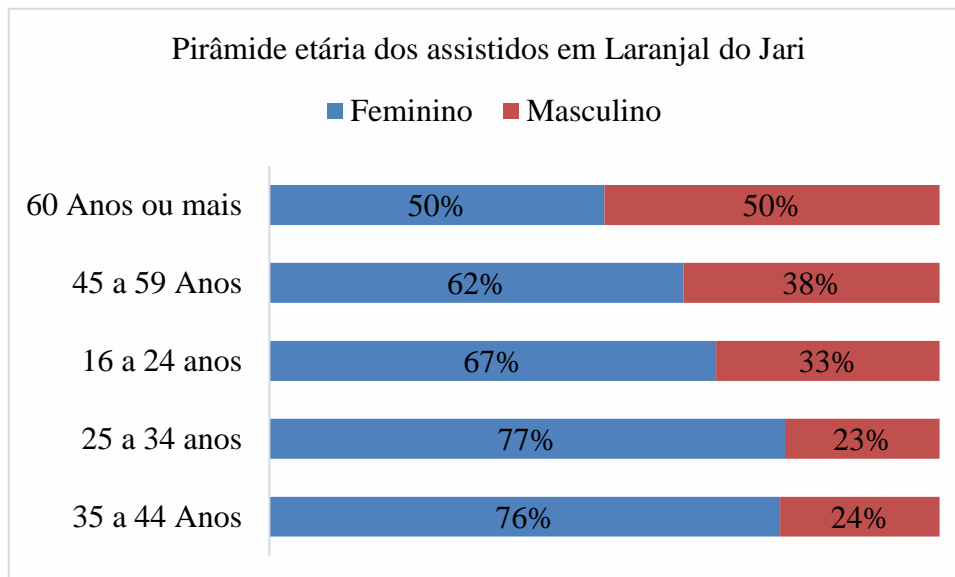
A pirâmide etária dos assistidos entrevistados demonstra que o público com 60 anos ou mais foi o mais heterogêneo entre os gêneros masculino (50%) e feminino



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

(50%). No demais, o gênero feminino tem média acima de 60% da composição entre as faixas de idades apresentadas na pesquisa, como segue abaixo.

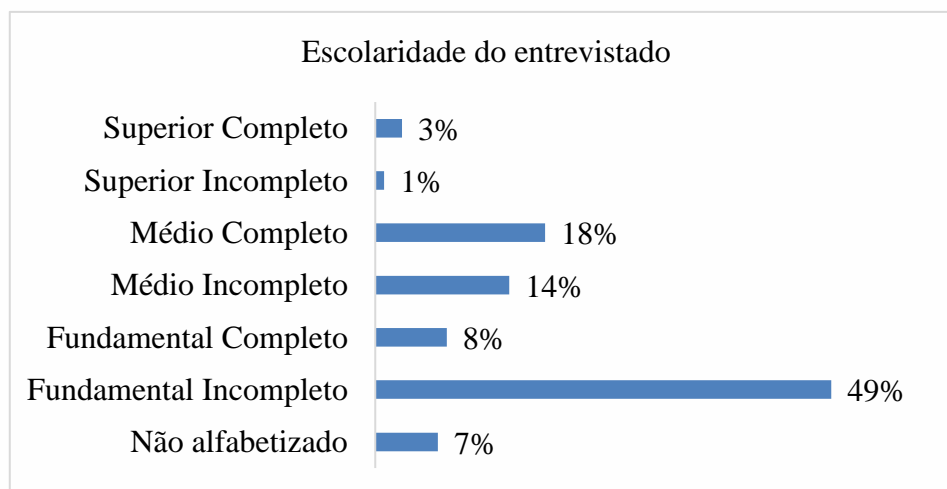
O público com faixa etária entre 16 e 34 anos tem média de 72% entre mulheres, já os homens 28% de frequência etária.



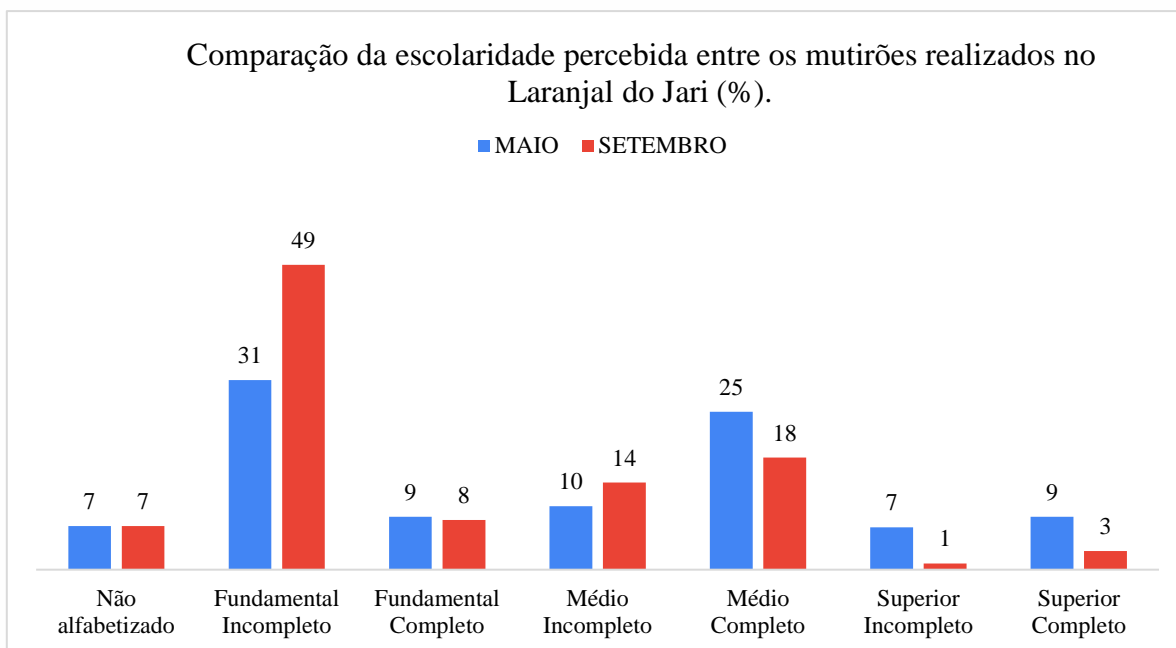
Fonte: DPE-AP

O nível de escolarização percebido entre os assistidos trouxe consolidação e elevação nos resultados medidos anteriormente, onde nível fundamental incompleto que era de 31% em maio, subiu para 49% em setembro, e nível médio completo que foi de 25% em maio decresceu para 18% em setembro.

Isso mostra que pessoas menos escolarizadas estão sendo assistidas pela DPE/AP. Outro contraste que reafirma essa análise é o nível superior completo que era de 9% e no segundo mutirão foi de 3%, um recuo de 6% neste índice.



Fonte: DPE-AP



Fonte: DPE-AP

As condições econômicas e sociais desenham o perfil do assistido da Defensoria Pública, que em sua maioria não possui condições de custear os honorários de um profissional da área do direito para ser minimamente atendido. Tal premissa se confirma visto a declaração dos assistidos quando questionados sobre sua renda domiciliar.

Verificou-se que a concentração de renda esteve entre pouco menos de um salário mínimo (até R\$ 500,00 - 20%), acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.212,00 (29%) E acima de R\$ 1.212,00 a 2.424,00 (27%).

Esses dados reforçam com nitidez a vulnerabilidade dos assistidos, mormente sobre suas condições financeiras, tornando inviável, muitas vezes, a contratação de um profissional da área jurídica, uma vez que, em valores atuais, uma consulta pode chegar ao justo valor de R\$ 600,00, mostrando a necessidade da Defensoria Pública atuar para garantir o acesso à justiça a essas pessoas.

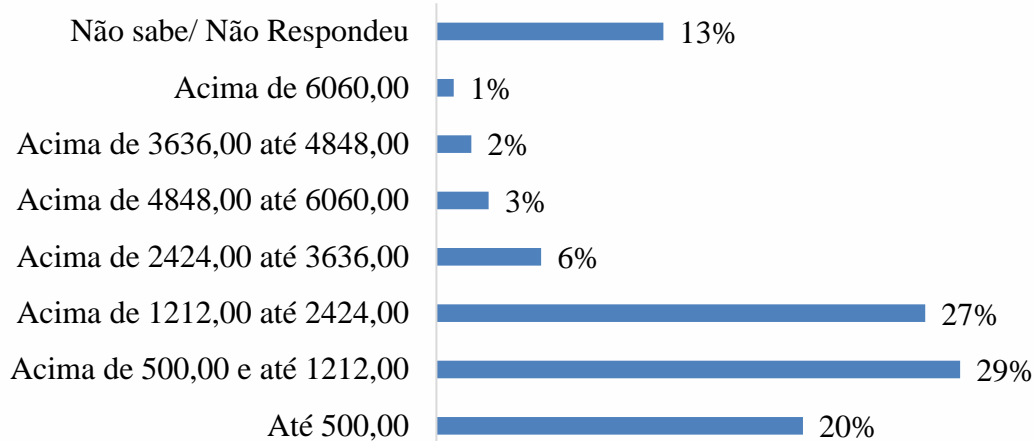
O extrato da amostra que possui renda acima de 2 salários mínimos representou 12% dos assistidos. Ressalta-se que 13% não informou sua renda domiciliar.

Em relação a pesquisa realizada no mutirão de maio no que tange a renda, pessoas com renda domiciliar acima de R\$ 500,00 até 1.212,00 variou de 41% para 29%, uma queda de 12% e a taxa de não respondentes cresceu de 7 para 13 pontos percentuais, um aumento de 6%.



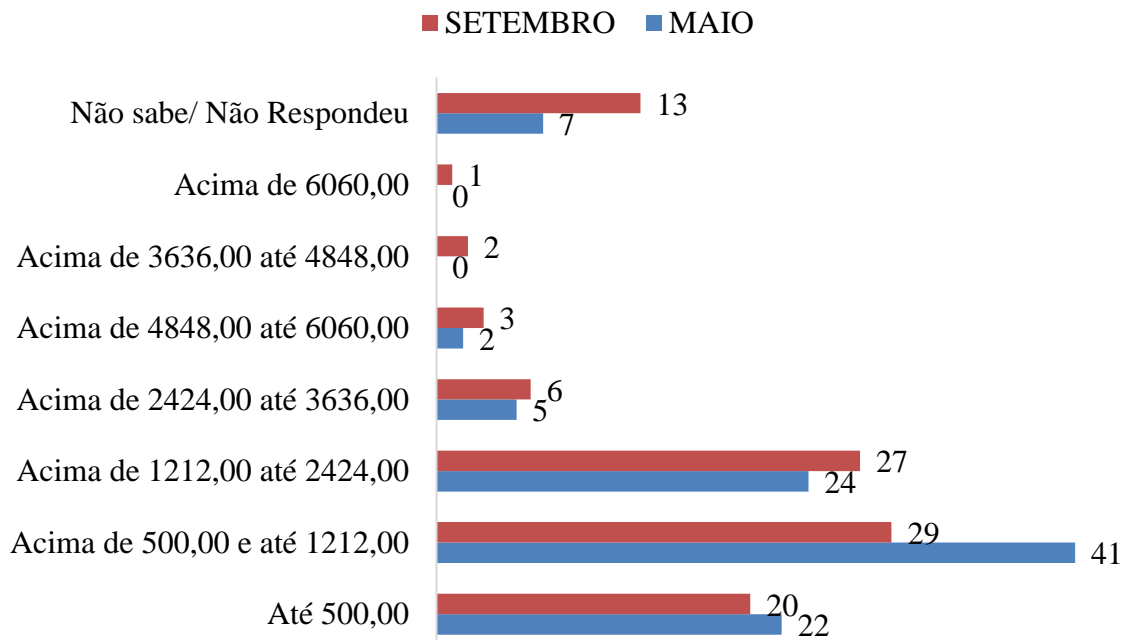
DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Renda do entrevistado



Fonte: DPE-AP

Comparação da renda domiciliar percebida entre os mutirões realizados no Laranjal do Jari (%).



Fonte: DPE-AP

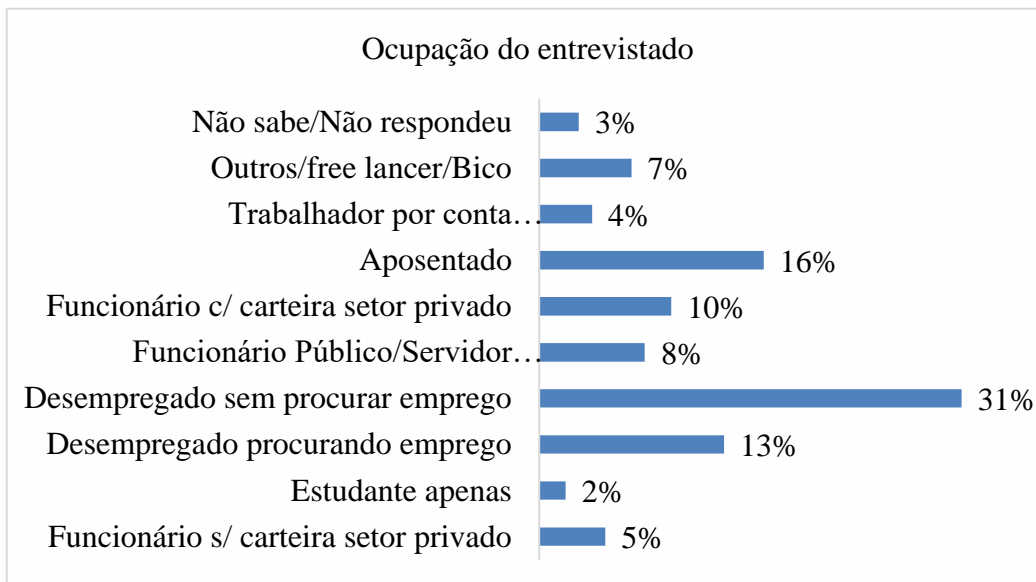
O impacto da renda domiciliar se configura na percepção da ocupação principal dos assistidos. Este cenário vem demonstrando um alto índice de desemprego entre os assistidos dos diversos mutirões realizados. Em Laranjal do Jari a pesquisa com os assistidos da DPE/AP identificou uma taxa de desemprego de 44% entre os entrevistados, o que provoca insegurança no âmbito alimentar, familiar, jurídico, social e quanto a dignidade do cidadão.



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

Se valendo de suas atribuições constitucionais, a Defensoria Pública promove ações itinerantes para garantir o acesso integral e gratuito à orientação e ao atendimento jurídico a esta grande parcela da sociedade amapaense que sofre as consequências das crises econômica e sanitária provocada pela Covid-19, bem como a falta de políticas públicas, principalmente no âmbito social, para as camadas sociais em situação de vulnerabilidade.



Fonte: DPE-AP

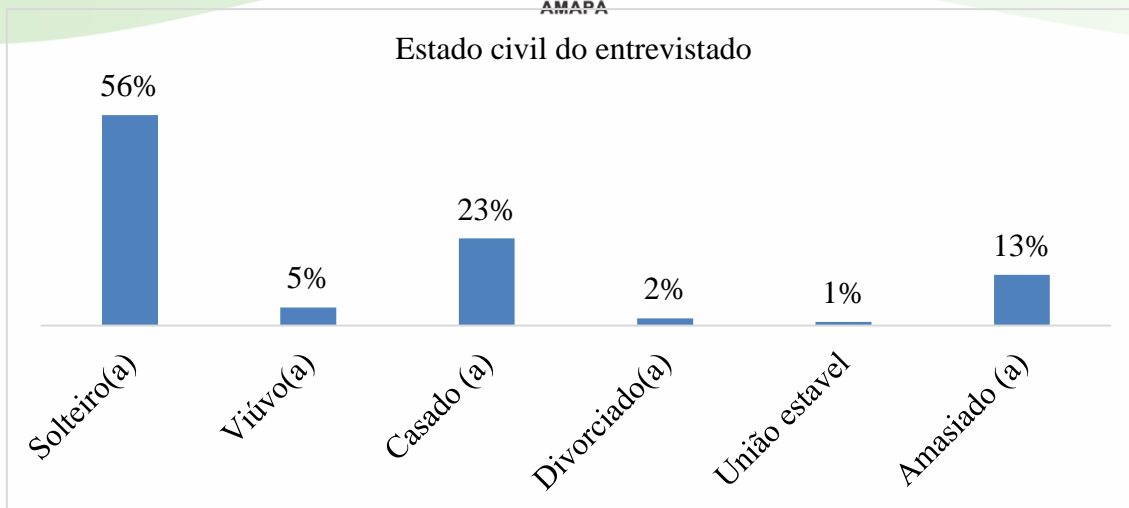
Os assuntos relacionados a família representam a maior demanda atendida pela Defensoria Pública do Estado do Amapá. Por esta verdade, se busca identificar a situação conjugal do entrevistado para conhecer e aferir as suas necessidades, considerando seu perfil social.

No Laranjal do Jari, neste mutirão, o estado civil percebido dos assistidos foi de pessoas solteiras com percentual de 56%, mais da metade do público, 23% casado, 13% amasiado, 5% viúvo, 2% divorciado e 1% em união estável.

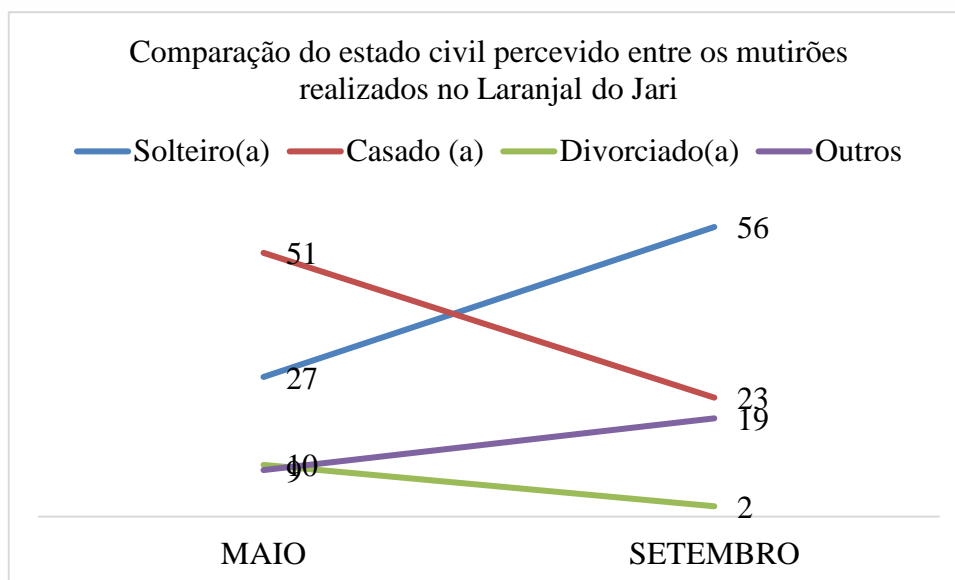
Quando feita a comparação com a última edição realizada naquele município, que solteiros eram 27% e passou-se para 56%, os casados eram 51% e passou-se para 23%, ou seja, um cenário reverso do inicial. É importante frisar que, apesar da concentração de idades acima de 35 anos, havia uma grande parte que não tinham cônjuge declarado, como demonstrado nos gráficos a seguir.



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ



Fonte: DPE-AP



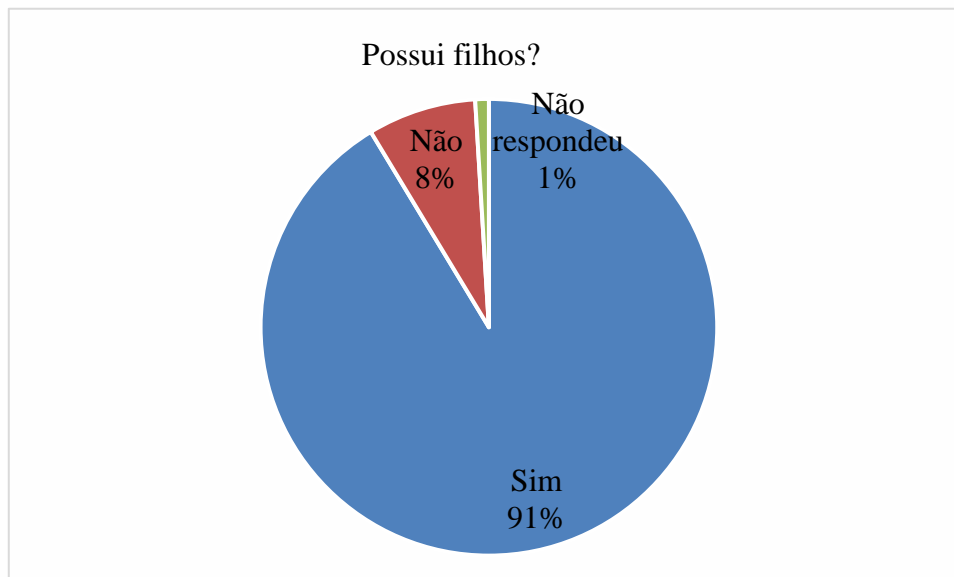
Fonte: DPE-AP

A organização familiar dos assistidos foi verificada na pesquisa e identificou que 91% destes possuíam filhos, 8% não possuíam e 1% não respondeu. Em se tratando de quantidade média de filho por estado civil percebe-se que o gênero feminino solteiro possuía média com 4,3 filhos. Mulheres viúvas apresentaram média de 5,3 filhos, casadas média de 3,4, divorciada média 3,0 filhos, amasiada 3,4 filhos.

Já homens solteiros declararam média de 3,1 filhos, casados 3,5 filhos, amasiados média de 2 filhos, viúvo e união estável média de 1 filho, respectivamente.



Por gênero, mulheres possuem média maior de filhos, 4 em média, e homens obtiveram média de 3 filhos entre os grupos de estado civil. No geral, o grupo pesquisado em Laranjal do Jari obteve média de 3,7 filhos.



Fonte: DPE-AP

Média de SE SIM, QUANTOS FILHOS?	GÊNERO		
	Feminino	Masculino	Total geral
Solteiro(a)	4,3	3,1	3,9
Viúvo(a)	5,3	1,0	4,4
Casado (a)	3,5	3,5	3,5
Divorciado(a)	3,0		3,0
União estavel		1,0	1,0
Amasiado (a)	3,4	2,0	3,2
Total geral	4,0	3,0	3,7

Fonte: DPE-AP

2. CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO

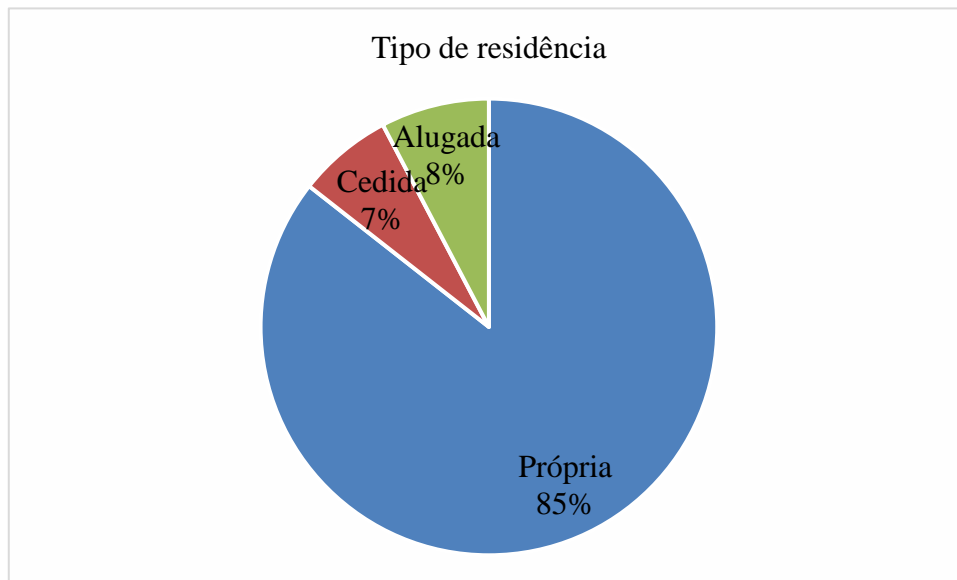
O município de Laranjal do Jari localiza-se a margens do rio Jari, além de fazer fronteira com o município de Almerim, estado do Pará, ligação mais próxima com o restante do Brasil. Os assistidos residem em domicílio próprio, conforme identificado em 85% dos entrevistados, seguido de 8% que reside em locais alugados e 7% em locais cedidos.



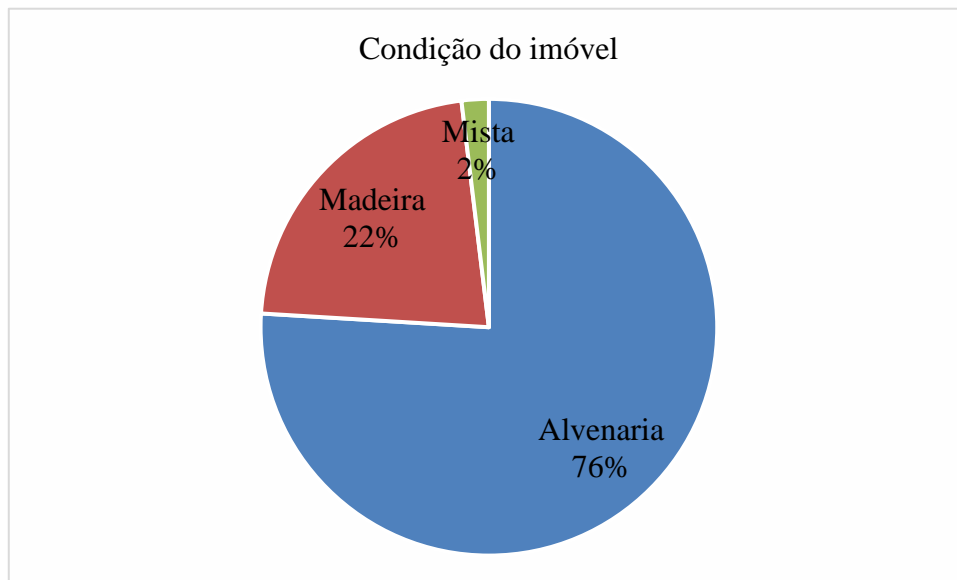
DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

As residências são situadas em terra firme 79% e 21% em área de ressaca. Esse cenário de domicílios em área de ressaca se dá pela característica da cidade ser situada as margens do rio Jarí, o que em se elevando o nível do rio, provoca perdas sistêmicas a população que ali reside. As condições desses imóveis são sumariamente em alvenaria (76%), madeira (22%) e mista (2%).



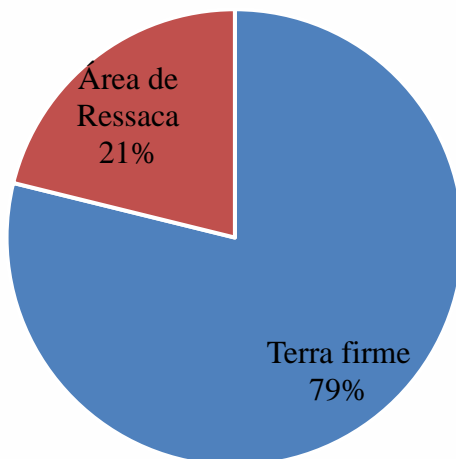
Fonte: DPE-AP



Fonte: DPE-AP



Local da residência

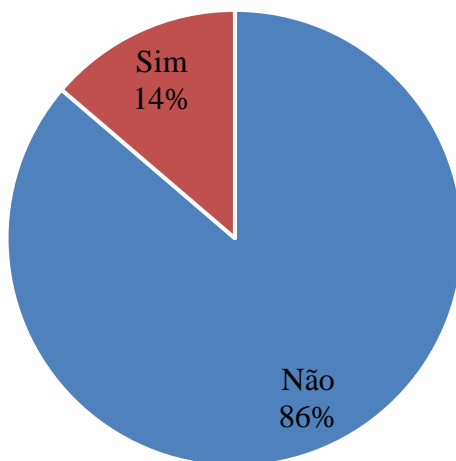


Fonte: DPE-AP

3. SANAMENTO BÁSICO

O saneamento básico identificado na pesquisa mostrou que 86% não possui acesso a rede de esgoto e 14% possuíam. Entrevistados que informaram possuir fossa séptica em suas residências foram 69%, contra 31% que informaram não possuir. Esse indicador é reflexo imediato do alto grau de residentes em habitações nas áreas de ressaca.

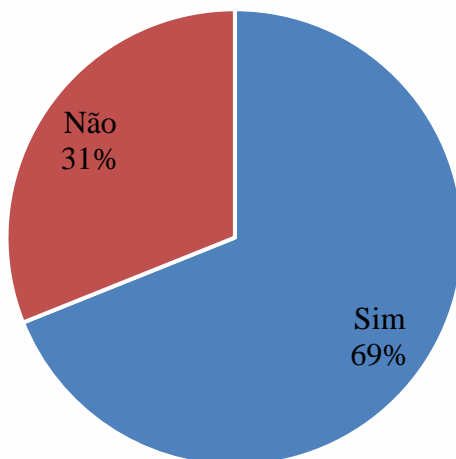
Tem acesso a rede de esgoto?



Fonte: DPE-AP



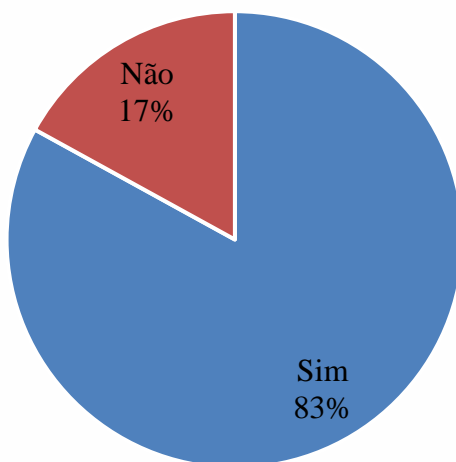
Tem fossa séptica?



Fonte: DPE-AP

A água tratada é fornecida ou acessada por 83% dos residentes entrevistados, outros 17% não possuem este serviço. Conectividade com a internet por parte dos assistidos representou 79% e 21% não tem esse serviço essencial para comunicação.

Tem acesso a água tratada?

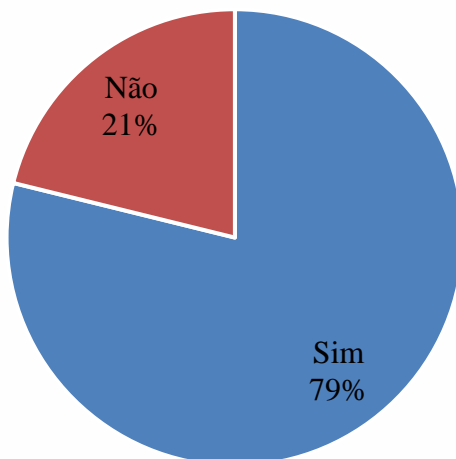


Fonte: DPE-AP



**DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ**

Possui acesso a internet



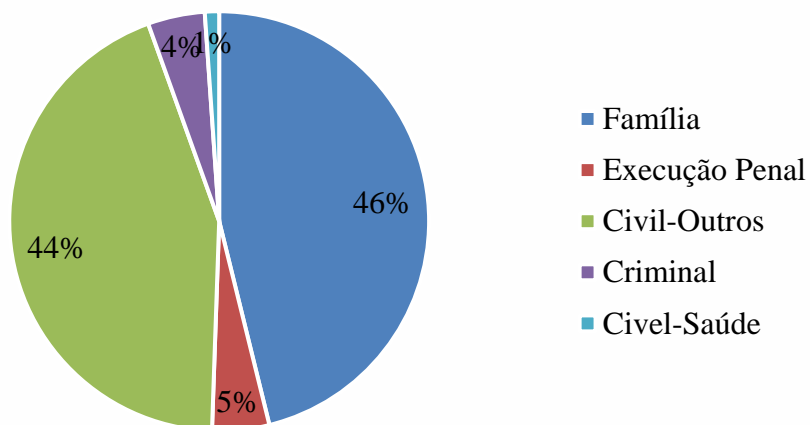
Fonte: DPE-AP

4. MUTIRÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

Demandas e Necessidades

O mutirão da Defensoria Pública do Amapá se propõe a levar os mais diversos serviços de assistência jurídica integral e gratuita à população amapaense. As demandas que prevaleceram no município de Laranjal do Jari foram relacionadas à família com 46% das demandas e cível-outros com 44%.

Qual a área que procurou atendimento no mutirão da DPE/AP?



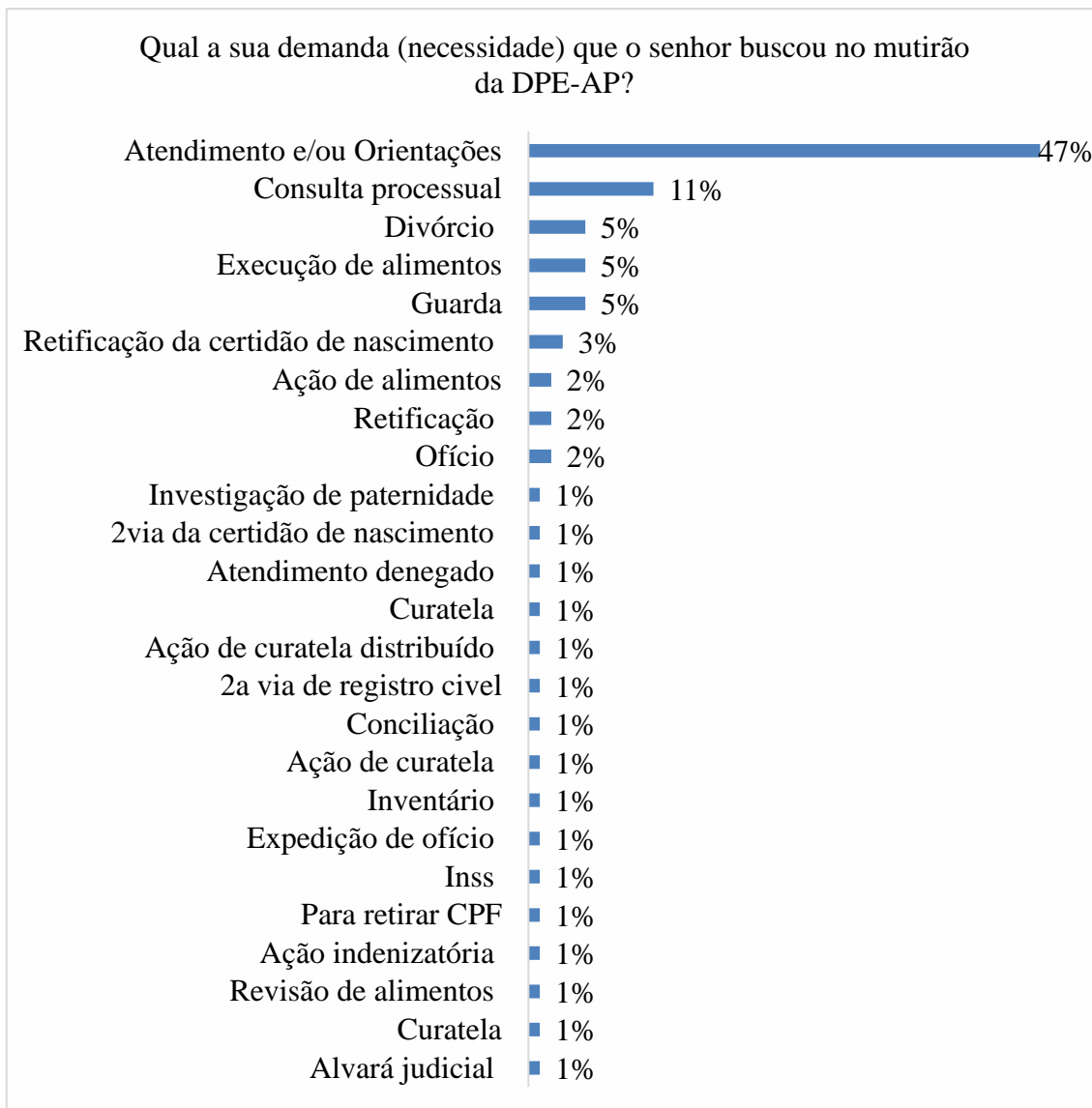
Fonte: DPE-AP



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

As buscas pelos atendimentos e/ou orientações representaram 47%, as consultas processuais foram de 11%, outros assuntos também citados foram: guarda, execução de alimentos, divórcio, retificação de certidão de nascimento, ofícios, investigação de paternidade, dentre outros.



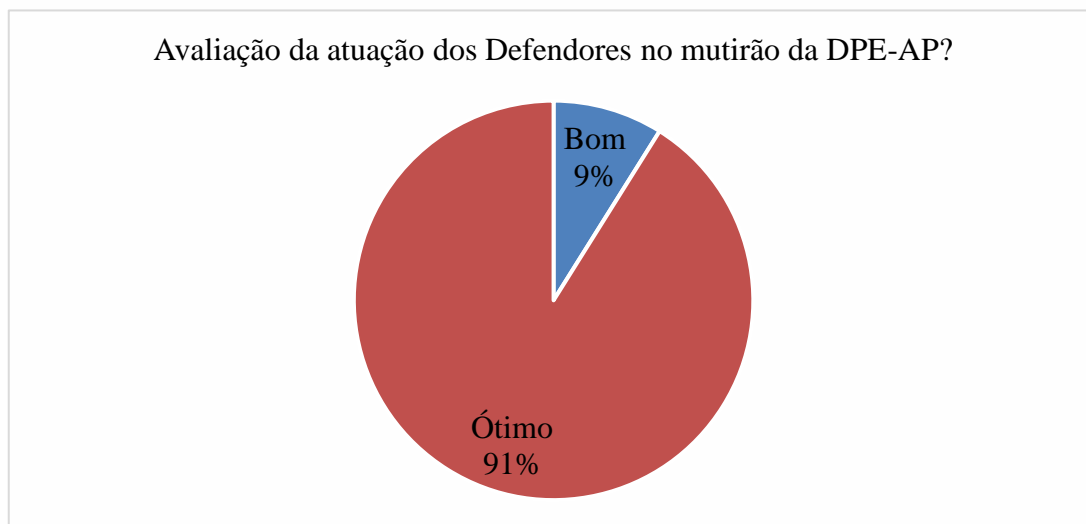
Fonte: DPE-AP



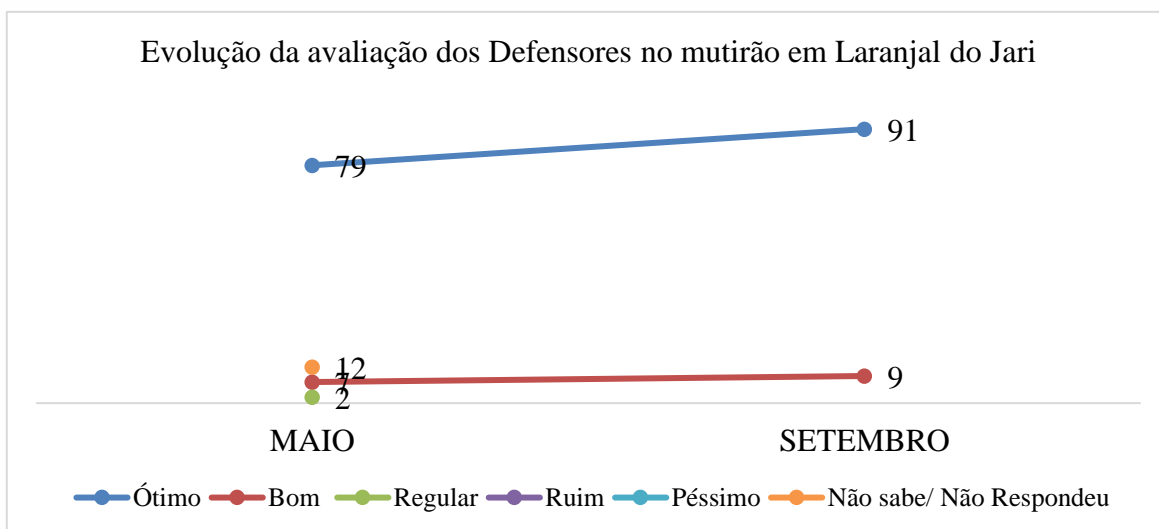
5. AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA DPE-AP

Após o atendimento, os entrevistados puderam atribuir uma avaliação para a atuação dos “Defensores Públicos” e o “tempo de atuação” nos seguintes critérios: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”. A percepção dos assistidos quanto a avaliação foi de ótimo para 91% e bom para 9%.

Quando comparada a avaliação do mutirão de setembro com o de maio no município de Laranjal do Jari denota-se um acréscimo no ótimo de 12%, saindo de 79% para 91%. Resultado bom retraiu 3 pontos percentuais, saindo de 12% para 9% e nesta última ação não houve menções a regular, ruim ou péssimo, além de alcançar 100% de repostas efetivas na pergunta.



Fonte: DPE-AP

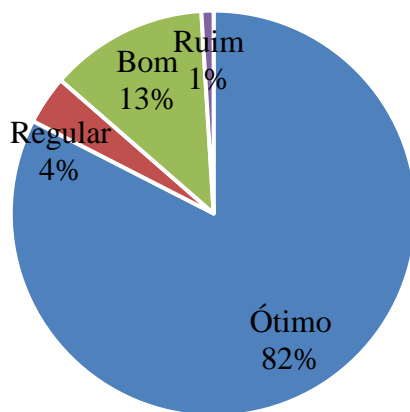


Fonte: DPE-AP



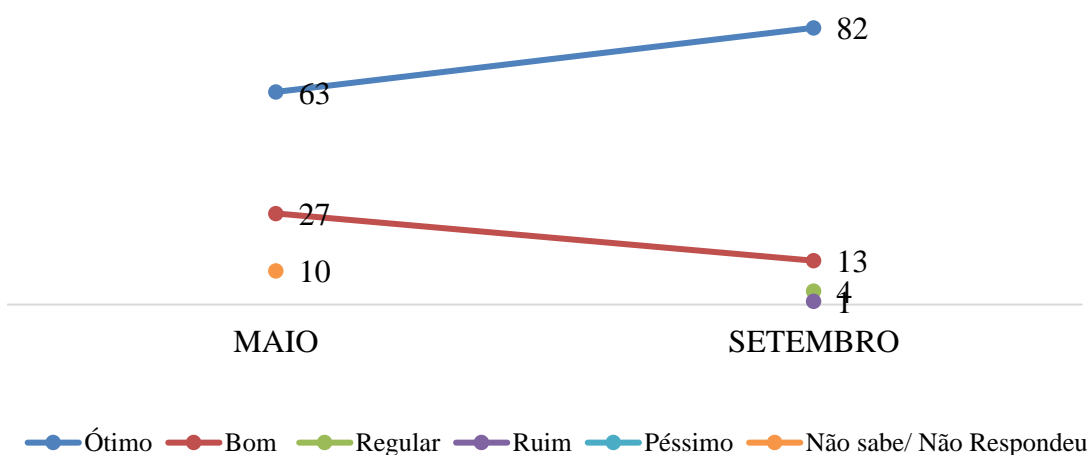
No primeiro mutirão, o tempo de atendimento teve uma avaliação de 63% de ótimo, já no segundo, este resultado saltou para 82%, o que significa uma efetiva melhoria no tempo para atender aos assistidos. O resultado “bom”, que no primeiro momento foi 27%, nesta segunda ação caiu para 13%, a taxa de não respondentes foi de 10% e agora não houve. Destaca-se também que nesta segunda ação houve entrevistados que avaliaram como regular 4% e ruim 1%

Avaliação do Tempo de atendimento dos Defensores na ação da DPE-AP?



Fonte: DPE-AP

Evolução da avaliação do atendimento realizado no mutirão de atendimento no Laranjal do Jari

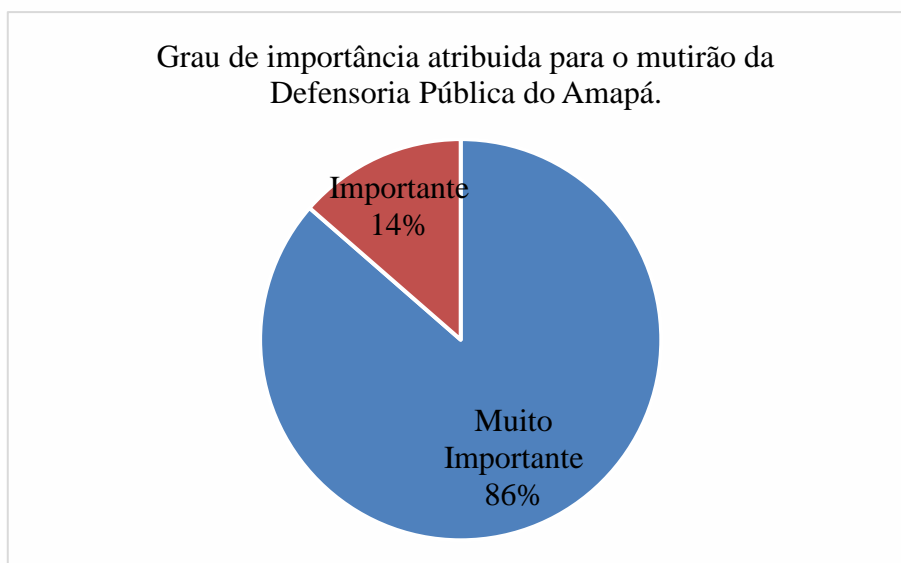


Fonte: DPE-AP

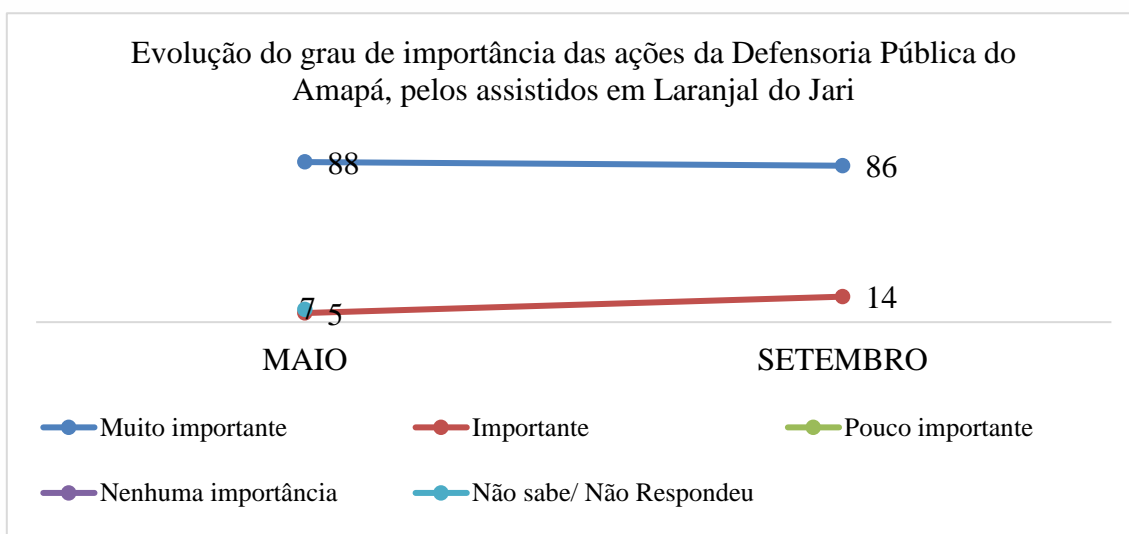


O papel que a Defensoria Pública exerce no meio jurídico, social, perante as instituições representantes da sociedade civil organizada alimenta a necessidade de aprimorar os serviços tão essenciais a população mais vulnerável. Essa importância para a sociedade foi instigada durante o mutirão e obteve-se como resultado um grau de importância de 86% para aqueles que consideraram muito importante e importante 14%.

No primeiro evento, o grau de “muita importância” esteve em 88% e oscilou 2 pontos percentuais para menos chegando a 86%. Já o “importante” cresceu de 5% para 14%, uma evolução de 7 pontos percentuais.



Fonte: DPE-AP

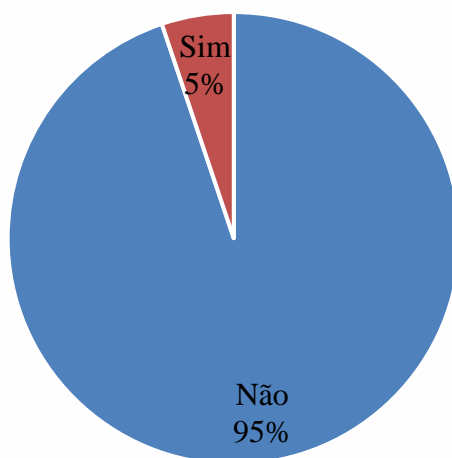


Fonte: DPE-AP



As necessidades dos assistidos pela Defensoria Pública no primeiro momento, ou seja, no primeiro mutirão teve um alcance de 90% e neste segundo momento obteve um crescimento de mais 5%, chegando a 95%. O que implica concluir em uma eficiência na prestação das múltiplas áreas demandadas pelos munícipes assistidos pela instituição. Apenas 5% neste último mutirão informou não ter encontrado o serviço que procurava, sendo citado uma busca por “benefício de prestação continuada junto ao INSS”.

Houve alguma área que o(a) senhor(a) buscou, porém não houve atendimento?



Fonte: DPE-AP

SE SIM, qual área buscou atendimento e não houve?

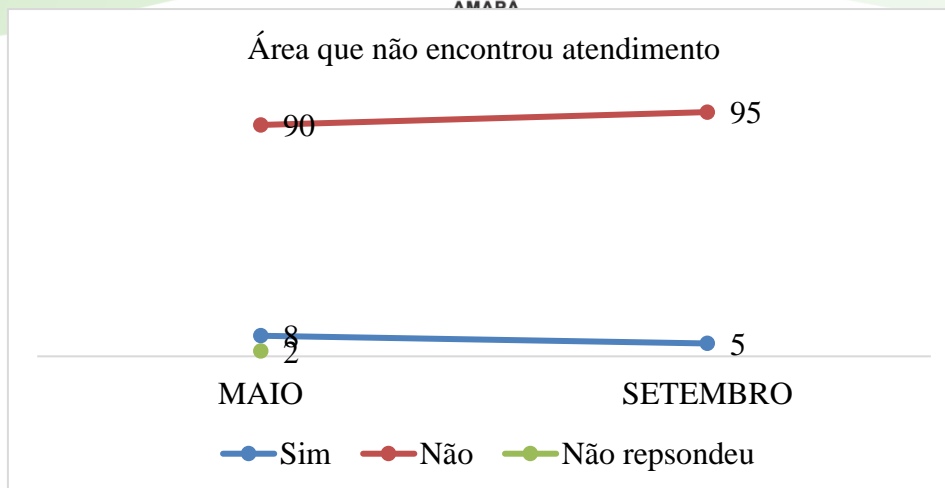
Benefício prestação continuada junto ao INSS

Total geral

Fonte: DPE-AP



DEFENSORIA PÚBLICA AMAPÁ



Fonte: DPE-AP

Com uma gestão focada no alcance dos resultados efetivos para a sociedade, a DPE/AP oportuniza aos seus assistidos a possibilidade de, por intermédio da pesquisa, sugerir melhorias para próximas ações que possam ocorrer no município. Dentre os resultados para este questionamento, surgiram as seguintes respostas: ações com mais frequência, diminuição do tempo de espera e agilidade no atendimento, divisão da fila de esperar por tipo de assunto/demanda, dentre outros citados no quadro abaixo.

O que acha que poderia ser feito para melhorar o atendimento da DPE durante a ação?

Ação com mais frequência

Diminuir o tempo de espera

Melhorar a internet

Dividir a fila por núcleo

Agilizar o tempo de atendimento

Que equipe venha com mais frequência

Equipe vir com mais frequência ao município

Demora na espera para atendimento

Tudo perfeito

Vir com mais frequência

Tempo de espera foi ruim

Total geral

Fonte: DPE-AP

6. ENCAMINHAMENTOS

Os encaminhamentos que se seguiram após o atendimento envolveram ação protocolada, encaminhamento para cartório, reagendamento de atendimento, orientação



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

jurídica, expedição de ofício, consulta de processos, etc., como citado no referido quadro abaixo.

Ainda foram informados o número de protocolo das ações que foram devidamente protocoladas pelos Defensores públicos no momento do atendimento do mutirão.

Qual a providência tomada após o atendimento?
Ação protocolada
Encaminhada ao cartório
Reagendamento do atendimento
006/2022
010/2022
INSS
Zerar protocolada posteriormente
Orientação jurídica
004/2022
Expedição de ofício
Orientação
Encaminhado para conciliação
Andamento do processo
Consulta
012/2022
Indicar endereço do devedor
Execução de alimentos
Orientação
Atendimento denegado
Ofício para o cartório
Bpc inss
Não protocolado em razão da internet
Não protocolada
0002370988030008
Total geral

Caso tenha sido protocolada alguma ação, especificar o número do protocolo

00023596920228030008

00020263520138030008

001/2022

000237353202280300008

00023527720228030008

Processo 0002360-54.2022.8.03.0008

Mudança de conta



Já tinha 00378491320218030001
Solicitação 2a via de registro civil
002/2022
0002363-09.2022.8.03.0008
00023561720228030008
Emissão 2a via de certidão de nascimento
00023544720228030008
00023726820228030008
Ofício à delegacia
Investigação de paternidade
Ofício 19/2022 ao cartório local
Emissão de certidão de nascimento
0002327462022030008
0002365-76.2022.8.03.0008
00023555220228030008
Alvará judicial
00023622420228030008
00023570220228030008
20/2022
00023718320228030008
Total geral

Fonte: DPE-AP

8. ANÁLISE DO CUSTO VERSUS BENEFÍCIO

O acesso ao município de Laranjal do Jari se dá por meio terrestre, pela Rodovia 156 direção ao Sul do estado do Amapá, ou através de rota fluvial pelo Rio Amazonas até o acesso do Rio Jari, que banha a frente da cidade.

Ao avaliarmos os custos que se desdobraram para executar o mutirão, se optou pelo envio da carreta através de rota fluvial por meio de balsa, o que gerou um custo de R\$ 15.550,00 (quinze mil quinhentos e cinquenta reais) para este deslocamento. A rota terrestre, apesar de mais econômica, demanda mais tempo e mais cuidados com o equipamento em virtude do trajeto ser dificultoso visto que não é pavimentado a partir do Km 21 saindo do perímetro urbano de Macapá. O total de gastos informado pelo setor de transporte foi de R\$ 71.249,71 (setenta e um mil duzentos e quarenta e nove mil e setenta e um centavos).

Os gastos informados pelo setor do almoxarifado de materiais destinados ao mutirão do Laranjal do Jari foram de R\$ 1.404,07 (hum mil quatrocentos e quatro reais e sete centavos).



DEFENSORIA PÚBLICA

AMAPÁ

A contratação de empresa terceirizada somou monta de R\$ 24.395,60 (vinte e quatro mil trezentos e noventa e cinco mil e sessenta centavos).

O valor mensurado pelo dia trabalhado pelo Defensores Públicos, tomando como base a Lei Complementar Estadual nº 121/2019, foi de R\$ 9.377,65, considerando 10 defensores em suas respectivas classes a qual pertencem. Já o valor adquirido por deslocamento ao interior do estado, conforme mesma lei complementar, foi estimada em R\$ 4.615,00 (quatro mil seiscentos e quinze reais).

O custo total estimado para esta ação foi de R\$ 111.042,03 (cento e onze mil e quarenta e dois reais e três centavos). Foram atendidas ao total 123 pessoas nesta ação, o que gerou um custo unitário de R\$ 902,78 (novecentos e dois reais e setenta e oito centavos).

**DEFENSORIA PÚBLICA**

AMAPÁ					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
1	MOTORISTA	4	1		R\$ 4.833,15
2	PICKUP (LOCADORA)	2	1		R\$ 4.941,56
3	VAN (LOCADORA)	2	1		R\$ 4.774,50
4	CAVALO MECÂNICO	1	1		R\$ 16.000,00
5	BALSA TRANSPORTE DA CARRETA	1	1		R\$ 15.550,00
6	DIESEL (LITROS)	3450			R\$ 25.150,50
7					
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE					R\$ 71.249,71
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
1	SERVIDOR TERCEIRIZADO	2	8	R\$ 102,85	R\$ 822,80
2	GALÃO DE ÁGUA	3	3	R\$ 5,60	R\$ 16,80
3	COPO DESCARTÁVEL (CENTO)	6	6	R\$ 4,38	R\$ 26,28
4	PAPEL TOALHA PCT C/04 UNID	10	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00
5	PAPEL HIGIÊNICO PCT C/04 UNID.	4	4	R\$ 3,00	R\$ 12,00
6	ÁLCOOL EM GEL	8	8	R\$ 7,99	R\$ 63,92
7	ÁLCOOL LÍQUIDO	2	2	R\$ 8,82	R\$ 17,64
8	SERVIÇO DE LIGAÇÃO/ DESLIGAMENTO PROVISÓRIO - CEA			R\$ 396,63	R\$ 394,63
9					
DIVISÃO DE ALMOXARIFADO					R\$ 1.404,07
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	DIAS	VALOR UNIT.	CUSTO
	EMPRESA TERCEIRIZADA				R\$ 24.395,60
	CONTRATOS				R\$ 24.395,60
ITEM	DEFENSORES PÚBLICOS	DIAS	VALOR DO DIA TRAI	CUSTO	
	ADEGMAR LOIOLA	1	R\$ 876,85	R\$ 876,85	
	JOSÉ RODRIGUES	1	R\$ 1.107,60	R\$ 1.107,60	
	JULIANA MENDEZ MONTEIRO	1	R\$ 833,00	R\$ 833,00	
	JANE CRISTINA VIEIRA NONATO	1	R\$ 833,00	R\$ 833,00	
	HELENA LUCIA ROMERO DOS SANTOS	1	R\$ 833,00	R\$ 833,00	
	PEDRO VINÍCIUS	1	R\$ 1.015,30	R\$ 1.015,30	
	EDISNEI CARDOSO CARNEIRO	1	R\$ 833,00	R\$ 833,00	
	IGOR VALENTE GIUSTI	1	R\$ 1.015,30	R\$ 1.015,30	
	ROMULO QUEIROZ DE CARVALHO	1	R\$ 1.015,30	R\$ 1.015,30	
	SIDNEY GAVAZZA	1	R\$ 1.015,30	R\$ 1.015,30	
		1		R\$ -	
CUSTO COM DEFENSORES					R\$ 9.377,65
ITEM	DEFENSORES PÚBLICOS	DIAS	DIÁRIAS	CUSTO	
	ADEGMAR LOIOLA	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	JOSÉ RODRIGUES	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	JULIANA MENDEZ MONTEIRO	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	JANE CRISTINA VIEIRA NONATO	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	HELENA LUCIA ROMERO DOS SANTOS	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	PEDRO VINÍCIUS	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	EDISNEI CARDOSO CARNEIRO	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	IGOR VALENTE GIUSTI	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	ROMULO QUEIROZ DE CARVALHO	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
	SIDNEY GAVAZZA	1	R\$ 461,50	R\$ 461,50	
				R\$ -	
CUSTO COM DEFENSORES					R\$ 4.615,00
CUSTOS TOTAIS DA AÇÃO DO DIA DO DEFENSOR					R\$ 111.042,03
QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS					123
CUSTO POR PESSOAL ATENDIDA					R\$ 902,78



CONCLUSÃO

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, que tem como missão garantir o acesso à justiça integral e gratuita aos vulnerabilizados, promovendo os direitos humanos e a cidadania emancipatória, por meio do atendimento humanizado, eficiente, multidisciplinar e de qualidade, exerce seu papel institucional e constitucional de levar à sociedade amapaense atendimento gratuito, ágil e resolutivo de questões que estão no âmbito jurídico.

O município de Laranjal do Jari recebeu o segundo mutirão realizado pela DPE/AP no dia 13 de outubro de 2022, atendendo 123 pessoas do município, utilizando 10 Defensores do quadro atual da instituição, além de servidores dos setores de transporte, multidisciplinar, tecnologia da informação, almoxarifado, e outras áreas essenciais a realização da ação.

Neste segundo mutirão, se utilizou a estratégia de enviar a Carreta através de balsa pelo Rio Amazonas até a frente da cidade banhada pelo Rio Jari. Com o envio de forma antecipada, defensores e servidores puderam se descolar por via terrestre através da Rodovia 156 até o município de Laranjal do Jari.

A pesquisa realizada durante os atendimentos observou um público de 64% composto de mulheres, de idade entre 45 e 59 anos, de baixa escolaridade e tendo renda domiciliar até 1 salário mínimo (49%). Grande parcela dos assistidos se encontrava desempregadas (44%), o 16% eram aposentados.

Quanto ao estado civil 56% eram de pessoas solteiras e 91% possuíam em média 3,7 filhos.

As condições de habitação dos assistidos compreendiam residências de maioria própria (85%), em alvenaria (76%), situada em terra firme (79%). O acesso aos serviços de esgoto ainda é tímido no município, cerca de 14% informaram que o acessa. Quanto à fossa séptica 69% possuem e 83% têm acesso a água tratada em suas residências.

Dentre os serviços buscados no mutirão realizado no município de Laranjal do Jari 46% foi voltado a assuntos da família, 44% área cível-outros. As demandas envolveram atendimentos e/ou orientações (47%), consulta processual (11%), divórcio (5%), execução de alimentos (5%).

A avaliação da atuação dos Defensores foi tida como ótima por 91% dos assistidos atendidos e 9% foi tido como bom. O tempo de atendimento foi avaliado como ótimo por 82%, bom 13% e 4% regular. O grau de importância das ações desenvolvidas pela DPE/AP representou 86% como muito importante e 95% dos assistidos conseguiram ser atendidos no âmbito de suas necessidades.



Para melhorar o atendimento, os assistidos sugeriram que se realizasse mais ações em Laranjal do Jari e que agilizasse o tempo de atendimento.

O custo médio para atender os 123 assistidos no mutirão foi de R\$ 902,78 (novecentos e dois reais e setenta e oito centavos). O total gasto estimado no evento foi de R\$ 111.042,02 (cento e onze mil e quarenta e dois reais e dois centavos).

Tendo como valores a dignidade humana, proteção dos direitos civis, justiça social e humanização, a DPE/AP desenvolve ações itinerantes para que a população amapaense mais vulnerável possa ser contemplada com acesso jurídico integral e gratuito nas suas mais diversas esferas.

Macapá-AP, 11 de outubro de 2022.

EDUARDO PEREIRA DOS ANJOS
Corregedor-Geral